

Contra a desautorização, o reconhecimento^{*}

Por Maria Elisa Pessoa Labaki[†]

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a diretoria do Instituto pela iniciativa de organizar este evento sobre *Diversidade sexual e Cidadania*, e parabenizar também todos os participantes.

E, na qualidade de representante do Departamento de Psicossomática Psicanalítica, junto com a Sônia e a Helen, agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui falando com meus pares sobre um assunto tão atual. Mantendo sua tradição no ativismo, o Instituto Sedes se alinha a outras iniciativas institucionais e movimentos políticos, num contraponto ao avanço de ações ultraconservadoras que temos assistido retornar no Brasil e no mundo. Nesse sentido, me parece que esse evento tem muito a contribuir com um processo de revisão e renovação de valores humanos universais.

Como psicanalista, me sinto com o dever de externalizar e tornar públicas reflexões que tenho elaborado sobre a questão da diversidade sexual e da cidadania, a partir do lugar privilegiado que eu ocupo - e que muitos dos que aqui estão ocupam -, que é o lugar de escuta clínica de uma multiplicidade de vozes. Hoje minhas reflexões serão conduzidas por uma inspiração mais clínica, ainda que municiada por pelas leituras e pela observação do cotidiano da cidade, com sua realidade plural de tipos, gêneros, estilos, etc. E vou focar na questão da cidadania, tendo como cenário ou pano de fundo alguns aspectos sociais emergentes no campo da diversidade sexual na contemporaneidade. Pretendendo, para isso, discorrer e refletir sobre as expressões da recusa, como o ódio e a intolerância, por meio da exclusão, marginalização, agressão, humilhação e assassinato, que tem se manifestado no âmbito social em reação às transformações da subjetividade, tendo por alvo preferencial a população LGBTTT. Escolhi para esta reflexão duas chaves que me tem sido muito úteis no exercício da clínica. Então, vejamos.

Neo-sexualidades, o inédito e a tolerância

A primeira delas, cunhada por Joyce Mc Dougall, é a de Neo-sexualidades, que longe de um conceito, designa “um modo de escutar nossos analisandos, quando

^{*} Apresentado na mesa “Neo-sexualidades, história, reconhecimento”, organizada pelo Departamento de Psicossomática Psicanalítica no evento *Diversidade sexual e cidadania* do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, em 07/04/2018.

[†] Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica (PUC-SP). Professora da Especialização em Psicossomática Psicanalítica – Corpo e clínica contemporânea do Instituto Sedes Sapientiae. Membro dos Departamentos de Psicanálise e do de Psicossomática Psicanalítica do Sedes, autora de *Morte* (Casa da Psicólogo – Pearson, 2001), co-organizadora e autora de *Psicanálise e Psicossomática. Casos clínicos, construções* (Escuta, 2015) e de vários artigos em periódicos especializados.

eles nos descrevem e exploram suas vidas sexuais” carregadas de inovação e intensidade em relação aos investimentos envolvidos. Atentem que o prefixo Neo aqui não põe em destaque a capacidade de inovar presente nas “novas” sexualidades emergentes. Mas, diferente, o termo Neo-sexualidades aponta, e isso é muito importante, para uma figura da ética da psicanálise. Diz respeito a uma forma de acolher, sem julgar, aspectos da sexualidade do analisando que possam parecer diferentes ou estranhos aos nossos olhos, compreendendo-os como parte de uma solução necessária à conservação de sua vida como um todo, assim como de seus investimentos eróticos. Sustenta o exercício de uma escuta aberta e receptiva ao que se mostra surpreendente, inédito, novo e autêntico, não se pautando pelo preconceito, nem acomodada sobre teorizações genéricas de amplo espectro.

Aproximo tal abertura ao outro, contemplada nesta ética, a uma condição próxima à curiosidade infantil. Nela, é desejável que a criança no analista possa existir e se deixar levar por uma certa ignorância operativa, quase ingênua, que saiba perguntar quando sabe que não sabe e por isso deseja conhecer, acreditando sem condição prévia, que o sujeito ali tem sempre razão. Do ponto de vista da clínica, resulta numa escuta mais criativa e sensível aos aspectos da singularidade, assim como mais generosa e favorável às estratégias e medidas de sobrevivência escolhidas pelo analisando. Do ponto de vista macro, esta posição ética poderá se prestar como modelo de tolerância ao que se apresenta como inédito e singular, ampliando o guarda-chuva social, ao abrigo do qual será permitido uma multiplicidade de cores, corpos e sexos. Seria utopia?

Novas complexidades, entrelaçamentos e fragmentações

Desde a fundação da psicanálise com Freud, que concebeu a sexualidade infantil com seu polimorfismo e polissemia, o campo de pesquisas e os esforços de teorização sobre a diversidade sexual tem se desenvolvido rapidamente, na mesma velocidade com que estão se dando as transformações de comportamento neste campo. Assim, na interface entre sociologia e psicanálise, as teorizações sobre gênero avançaram muito. Inicialmente com Stoller, que fez uma distinção radical entre sexo biológico e gênero, sendo o primeiro “a diferença sexual inscrita no corpo (macho-fêmea)” (Alonso, 2016, p. 17) e gênero as “significações atribuídas pela sociedade (masculino-feminino)” (idem); até as mais recentes concepções de Judith Butler, para quem as identidades de gênero não existem enquanto substâncias ontológicas, nem tampouco existem as categorias binárias de homem-mulher. Sendo o gênero, para ela, uma criação discursiva que depende de enunciação e/ou repetição num continuum de ações comportamentais públicas, que por sua vez irão pouco a pouco materializar e sedimentar determinadas verdades. “O gênero é uma reiteração de atos” (Porchat, 2016, p. 41) que cria uma unidade ficcional. “É nesse

sentido que Butler define como performativo qualquer discurso que possua efeitos ontológicos” (Silva Jr., 2016, p. 160).

De fato, temos assistido a uma efervescência de manifestações e experimentações variadas no campo da sexualidade e do gênero, nunca antes observadas, e que tem produzido, inclusive, efeitos em outros campos, como o da medicina e do direito. Todos sabem que já é possível mudar o nome e o gênero na carteira de identidade sem que para isso seja necessário proceder a uma cirurgia de alteração dos genitais, nem tampouco depender de um aval médico, ainda que se mantenha a indicação para o interessado se submeter a acompanhamento médico e psicológico. Essa novidade significa não só que o sujeito não está mais obrigado perante a lei a se identificar com o mesmo gênero que lhe foi atribuído no nascimento, assim como ele pode sentir-se e autodenominar-se homem, portando uma vagina, ou sentir-se e autodenominar-se mulher portando um pênis. Autodenominação de gênero que significa uma grande conquista para as pessoas trans, assim como para a sociedade como um todo em sua dimensão comportamental. Mas um passo gigantesco e sem precedentes que desmonta e subverte a ficção da unidade composta pelo corpo anatômico, funções biológicas, comportamento e prazer. Trata-se de uma transformação que marca uma ruptura no discurso vigente ocidental.

Recebi numa ocasião para análise um adolescente que se autodenominava “gênero fluido”. Quando estava com as amigas pedia para seu nome ser articulado ao artigo “a” e quando em companhia dos meninos ao artigo “o”. Relatava sentir atração sexual por garotas, mas muita ternura pelos rapazes. Era um moço bonito, viril e ao mesmo tempo delicado. E parecia apresentar uma orientação homossexual em relação ao objeto, já que quando se identificava com o feminino, desejava mulheres, e vice-versa. Aqui, a experiência de identificação transitava por dois gêneros e o desejo bissexual variava entre dois polos.

Do ponto de vista da imagem de gênero, cada vez mais percebo estar ficando difícil querer identificar recorrendo às aparências. Outro dia, na entrada para uma peça de teatro, vi duas pessoas cujo gênero não consegui identificar. Tinham uma imagem andrógena: uma delas de corpo mais feminino com rosto e indumentárias mais masculina. A outra, o contrário: apresentava um corpo masculino com rosto e indumentárias femininas. Mas tudo dentro de um espectro de sutileza muito interessante, nada de mais, nada de menos. Imaginei que estivesse diante de pessoas para quem o gênero não produz definições.

Aliás, neste sentido, licenças poéticas também são reveladoras. Lembro-me de uma resposta célebre de Caetano Veloso à pergunta de um repórter que, convencido em sua argumentação, afirmou ser Caetano um homem branco. Para o qual Caetano respondeu, suspeitando: “quem disse que eu sou homem? Quem disse que eu sou branco?” Pois é, nos dias de hoje as aparências não só enganam, como indicam o

seu contrário, sugerindo que assistimos a uma radicalização da linguagem do corpo em sua função de significante.

Alguns podem estar boquiabertos, sentirem-se desentendidos ou até mesmo perturbados, mas é fato que hoje está posto em xeque o padrão da heteronormatividade, bem como o modelo binário de identificação de gênero homem-mulher - tal como o conhecemos desde a queda da primazia do masculino com a Revolução Francesa. Hoje, combinados os atributos do sexo biológico, ou tipo de genitália, com as designações de gênero, orientação sexual e expressão performática, temos como resultado 50 ou mais variações de possíveis identidades.

Para concluir esta parte: somos seres sociais e nossa experiência é radicalmente intersubjetiva e dependente do outro, o que faz do preconceito e dos discursos de ódio uma arma que leva trauma à sociedade e cria falhas psíquicas nos que se sentem desvalorizados pelo sistema de tradição. Por isso, a condição de cidadania para ser exercida como direito depende de uma sociedade que escute e aceite a dimensão inaugural das singularidades na diversidade. Não apenas aquelas referidas às sexualidades, mas a diversidade nas religiões, raças, etnias, comportamentos, e por aí vai. Naturalmente, no que tange o campo da sexualidade, a única exceção à regra incide sobre as predileções sexuais consideradas perversas por não levarem em conta os direitos e desejos do parceiro, a saber: abuso sexual infantil, estupro, exibicionismo, voyeurismo e necrofilia, todas consideradas crimes no Ocidente.

Reconhecimento, ação reparatória

A segunda chave que eu escolhi para esta reflexão eu chamaria pela expressão Ato de reconhecimento. Embora não se configure enquanto conceito específico da psicanálise, o reconhecimento tem se mostrado ferramenta bem útil para a clínica em geral. Mas especialmente com pessoas que apresentam um funcionamento psíquico regredido, em função de fragilidades e cisões do eu, tem se mostrado eficaz como cuidado e tratamento de marcas traumáticas que se enquistam na personalidade, não deixando o sujeito aderir e acreditar em suas percepções, pensamentos e afetos. Sejam psicoses, casos-limite, neuroses graves ou desorganizações psicossomáticas, nestas situações o analista se vê convocado a realizar atos de confirmação e validação a uma dada percepção que perdeu a “eficácia transitiva de um de seus elos” (Figueiredo, 2008, p. 59), tornando-se inapta a produzir sentidos e, por consequência, incapaz de substituir as tormentas do trauma por processos simbólicos.

Nomeado por Freud (1927) como Recusa da percepção da imagem da castração causadora de horror, no quadro do fetichismo; e por Ferenczi (1932) chamado de Desmentido, vou me deter nessa última acepção, muito sugestiva para nossa conversa hoje sobre cidadania.

No sentido etimológico do termo, desmentir é o mesmo que contradizer ou negar, e caracteriza um ato que pode desmascarar aquilo que foi considerado uma fabulação. Trata-se de uma ação de caráter violento por parte do outro que desqualifica e retira o valor de uma narrativa ou testemunho, desapropriando o sujeito de sua autoridade, e conseqüente respeitabilidade, assim como negando a ele a prevalência de sua autoria. Em Ferenczi o conceito de desmentido ganhou uma dimensão relacional (Labaki, 2015; Kupermann, 2017) e primordial no entendimento sobre o trauma, envolvendo partes em posições assimétricas, uma mais fraca e vulnerável que a outra. Ferenczi estava interessado em desvendar as condições sob às quais se instalam os traumas infantis na vigência dos cuidados da criança pelo adulto. E descobriu que o maldito do trauma tem seu epicentro na reação de descaso ou desqualificação de um outro ao pedido de ajuda de uma criança que, ao invés de socorro, recebe descrédito ou é considerada futilmente culpada pelo próprio sofrimento.

O conceito de “desautorização”, sugerido por Luis Cláudio Figueiredo (2008) como alternativa ao desmentido, me parece se aplicar muito bem ao entendimento sobre o mecanismo pelo qual as forças repressivas e conservadoras submetem grupos e populações ao lugar de marginalidade, mantendo-os anulados ou em posição de coisa abjeta. Equivalente a uma ação de esvaziamento, a desautorização desfalca a percepção da “autoridade para ensejar outras percepções e outros processos psíquicos, vale dizer, (que a percepção) é mantida isolada do processo perceptivo e das suas conexões naturais com os processos mnêmicos e de simbolização”. (p. 60). Não metabolizadas e mantidas “quase-coisa” tais percepções sucumbem ao estado de desautorização em um inconsciente invalidado e apartado das redes de simbolização. Não deixam de ter seu significado, mas perdem importância, relevância, significância. Pois bem. Se tal entendimento for transferido ao âmbito do coletivo e aplicado ao sofrimento de nossas minorias – ou majorias, depende do contexto -, tal processo não poderia corresponder a um desalojamento social e desapropriação subjetiva, que delas roubam o direito de viver como um cidadão comum? Não é pedir muito.

Com efeito, se a dor da agressão foi imposta ao sujeito por parte do outro, caberá a esse mesmo outro promover ações reparatórias. E temos tido notícias nesse sentido. A clínica do Testemunho é um dos dispositivos de cura pelo social para a tragédia da ditadura. É a oferta de escuta e reconhecimento; é a validação do sofrimento e da dor que está na base de recuperação da dignidade, outrora devastada pelas forças perversas que sustentavam os mecanismos da tortura moral e física, assim como do assassinato. Trata-se de uma tentativa de restituir o pleno desenvolvimento da experiência subjetiva de cada um, corroída tantas vezes ao longo de nossa história, e de modo sutil, pelo poder que submete violentando.

Por outro lado, temos também o que se conhece hoje por “Lugar de fala”, que é um conceito forjado para sanar o déficit de reconhecimento a pessoas e coletivos

tolhidos em seus direitos por questões de raça, classe ou gênero, tratando de tornar visível sua experiência. “Baseia-se em privilegiar a voz do sujeito que vive a dura realidade de ser mulher, transexual, negro ou pobre, entre outros, e é a direção política incontornável de quem se atreve a lutar pela democracia hoje” (Vera Iaconneli, Folha, cotidiano/B2, 3/4/18). Exatamente porque amplifica a voz dos que foram tolhidos, apresenta-se como um conceito inclusivo, isto é, a serviço do “reconhecimento e da valorização de expressões vindas dos sujeitos com experiência direta e vivencial nas questões identitárias” (Francisco Bosco, 2017, p. 28). Porém - e aqui acompanho Francisco Bosco (2017) em sua ressalva -, seu caráter central no debate público nos dias atuais torna importante a vigilância para que não caia no perigo de “responder a uma exclusão original com uma exclusão corretiva” (Vieira apud Bosco, p.28), alijando do debate muitas vezes os próprios aliados que comungam das causas, mas não da identidade. Refiro-me aos linchamentos, digitais ou na mídia escrita, contra posicionamentos que exprimem diferenças e que são, por isso, desqualificados para o diálogo e desencorajados a participar do debate. Não se corrige um erro, afinal, repetindo-o.

Esta tensão entre participantes de um diálogo com funções distintas, mas os mesmos objetivos, de certa forma permeia os processos analíticos, já que o próprio profissional psi depende do reconhecimento daquele que o procura para que se instaure a transferência possibilitadora do processo. No fundo, somos todos um pouco Blanche Debois. Dependemos, se não da bondade, pelo menos do olhar alheio.